



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

237355/64 C. NAC. EDUC. CEGOS
G 24

237355 21-9-64 20 G 24 6.28.0
OF-523-17.9.64- ENCAMINHA RESOLUÇÕES
DA COMISSÃO CRIADA PELA PORT. 590, DE
25-8-64 A FIM DE ESTUDAR PROBLEMAS RE
LACIONADOS A EDUCAÇÃO DE EXCEPCIONAIS
DURANTE A COMEMORAÇÃO DA SEMANA DO EX
CEPCIONAIS

DISTRIBUIÇÃO

GAB.- 22/9/64

Chefe Gole 23/9/64

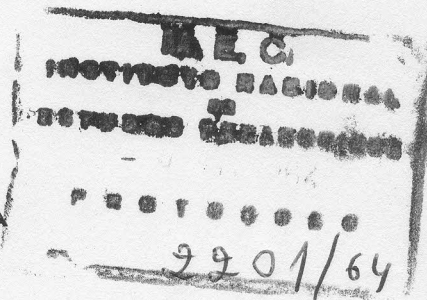
Imp. 7-10-64

Director

Sup 2201/64



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOS CÉGOS



SP 523/64

Em 17 de setembro de 1964.

Do Presidente da Comissão Executiva do I Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais.
Ao Ministro da Educação e Cultura

Assunto Encaminha resoluções de Grupo de Trabalho.

At. Sr. Diretor do INEP,

5/6/10/64

[Assinatura]

Ministério da Educação e Cultura
Departamento de Administração
Serviço de Comunicações

237355

Exmo. Sr.:

Brasília, D.F.

21 SET 1964

Pelo presente, tenho a satisfação de encaminhar a V.Excia., as resoluções da comissão criada pela portaria nº 590 de 25/8/64 composta dos senhores: Murilo Campelo, Jairo Moraes, Dorina de Gouvêa Nowill, Helena Antipoff, Helena Dias Carneiro, Esmeralda Conceição de Oliveira, Antônio dos Santos Clemente, Maria de Lourdes Canziani e Glória Quintela.

A referida comissão, foi designada a fim de estudar problemas relacionados à educação de excepcionais, durante a comemoração da Semana do Excepcional, e esteve reunida em Brasília nos dias 25 e 26 de agosto p.p.

Durante a primeira reunião foi discutido o anteprojeto de lei para criação do censo nacional de excepcionais. Esse anteprojeto (anexo 1) foi também aprovado pelo Simpósio de Educação Especial, realizado em Brasília em setembro de 1963, do qual participaram representantes de instituições de educação de excepcionais de todos os estados do Brasil.

Como resultado do estudo feito em sua primeira reunião, a comissão aprovou a seguinte recomendação:

"Dada a inexistência de estatísticas, faz-se impe-

2/1

riosa a criação do Censo Nacional de Educação de Excepcionais, através de Decreto de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, como base fundamental para o desenvolvimento dos programas de educação de excepcionais."

Durante as reuniões subsequentes, prosseguindo em seus estudos, o grupo de trabalho resolveu apresentar a V. Excia. as seguintes recomendações:

"Que como membro nato o Conselho Nacional para o Bem Estar do Menor, previsto no anteprojeto de decreto que cria Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, seja incluído um representante do Departamento Nacional de Educação de Excepcionais, cuja criação está sendo estudada pelo Ministério da Educação e Cultura."

"Solicitar aos órgãos internacionais, questionários usados para a localização de excepcionais, bem como, os processos utilizados para o levantamento. O Serviço de Estatística da Educação do Ministério da Educação e Cultura, poderá encarregar-se da obtenção desse material de outros países, que será distribuído aos membros deste grupo de trabalho."

Em sua última reunião a comissão estudou e discutiu a minuta de anteprojeto de lei para a criação de um Departamento Nacional de Educação de Excepcionais. Esse anteprojeto foi anteriormente estudado pela Campanha Nacional de Educação dos Cegos em conjunto com representantes dos principais Órgãos Nacionais no campo da educação e reabilitação de excepcionais.

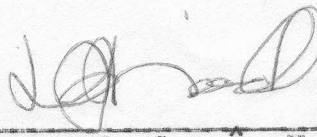
Durante esta última reunião a comissão chegou a sua resolução final, que recomenda a criação do Departamento Nacional de Educação de Excepcionais, cuja minuta de anteprojeto de lei, está incluída em anexo 2.

3
1/4

Ministério da Educação e Cultura
Campanha Nacional de Educação dos Cegos
Grupo de Trabalho Técnico em São Paulo
Rua Dr. Diogo de Faria, no. 558
Fone 7-5124

Outrossim desejo ainda esclarecer que fui escolhida pelos membros da comissão criada por V.Excia., para coordenar os trabalhos do grupo.

Apresentando protestos de elevada estima e distinta consideração, subscrevo-me atenciosamente,



Dorina de Gouvêa Nowill
Diretora Executiva

À Sua Excia.
Dr. Flávio Suplicy de Lacerda
D.D. Ministro da Educação e Cultura.

4
1

DECRETO Nº de de 1.964.

Institui o Censo Nacional dos Excepcionais e cria a Comissão do Censo dos Excepcionais.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

CONSIDERANDO que, segundo mandamento constitucional, a educação é direito de todos e deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 88 e 89) determina o enquadramento dos excepcionais, no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade e, ao mesmo tempo, impõe aos poderes públicos a obrigação de dar aos excepcionais tratamento especial, mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções;

CONSIDERANDO que a Lei de Acidentes do Trabalho (dec. Lei 7.036 de 10 de novembro de 1944) dispõe que a todo incapacitado do trabalho é devida reabilitação com o objetivo de restitui-lhe no todo ou em parte a capacidade de trabalho na primitiva profissão ou em outra compatível com as suas novas condições físicas;

CONSIDERANDO que a reabilitação prevista pela Lei Orgânica da Previdência Social abrange não só os trabalhadores filiados as Instituições de previdência social, mas também seus dependentes;

CONSIDERANDO que, para cumprimento de tão relevantes encargos é indispensável ao Poder Público conhecer a extensão do problema dos excepcionais, especialmente no que diz respeito ao número de cegos, e ambliopes, deficientes mentais, de audição e do aparelho locomotor (defeitos ortopedicos);

CONSIDERANDO que nos recenseamentos gerais não se fizeram indagações sobre a existência de excepcionais;

CONSIDERANDO que tecnicamente é conveniente realizar em separado o recenseamento dos excepcionais;

CONSIDERANDO a conveniência desse recenseamento antes dos compromissos assumidos pelo Brasil com a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho e outras entidades internacionais;

CONSIDERANDO que a maior parte dos programas de educação e reabilitação dos excepcionais vem se realizando pelo esforço de instituições particulares, com grande experiência nos respectivos setores;

CONSIDERANDO que essas instituições podem dar valiosa colaboração ao referido recenseamento;

CONSIDERANDO que a execução de um levantamento censitário de âmbito nacional requer a experiência e a orientação técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído o Censo Nacional dos Excepcionais.

Artigo 2º - Para execução do disposto neste decreto fica criada a Comissão Nacional do Censo dos Excepcionais, diretamente subordinada ao Ministério da Educação e Cultura que será seu presidente nato.

§ 1º - A Comissão de que trata este artigo terá os seguintes membros, além de seu Presidente:

- a) um (1) representante do Ministério da Saúde.
- b) um (1) representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
- c) um (1) representante do Ministério da Justiça;
- d) um (1) representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- e) quatro (4) representantes sendo um para um dos setores que constituem os vários grupos de excepcionais (deficientes mentais, deficientes de audição, da visão e do aparelho locomotor);

§ 2º - Os representantes de que trata a alínea "e" do § 1º deste artigo serão escolhidos preferentemente entre as instituições particulares de âmbito nacional.

§ 3º - Cabe ao Ministro da Educação e Cultura designar os membros da Comissão, na conformidade das indicações que receber dos órgãos a serem representados.

§ 4º - A Comissão votará seu Regimento, a ser aprovado pelo Ministro da Educação e Cultura, dentro de 30 dias, a contar de sua instalação e decidirá sobre o local de sua sede.

§ 5º - A Comissão deliberará com a presença de, pelo menos, 5 (cinco) dos seus membros.

Artigo 3º - Cabe à Comissão ora constituída decidir sobre todas as medidas necessárias ao bom êxito do Censo, que terá execução decenal.

Artigo 4º - Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística cabe executar as deliberações da Comissão, da qual constituirá, para êsse efeito, a Secretaria Executiva.

Artigo 5º - A Fundação Para o Livro do Cego no Brasil com a colaboração dos representantes das instituições particulares na Comissão criada por êste decreto servirá de órgão coordenador, especialmente para assegurar a participação e a colaboração das entidades públicas e privadas que puderem contribuir para execução das deliberações daquela Comissão, da qual a Fundação constituirá, para êsse efeito, a Secretaria da Coordenação.

Artigo 6º - O Ministro da Educação e Cultura poderá delegar as funções de presidente da Comissão a qualquer dos membros da Comissão.

Artigo 7º - Para melhor execução do Censo, a Comissão poderá entender-se diretamente com quaisquer órgãos da administração federal.

Artigo 8º - Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ministério da Educação e Cultura
Campanha Nacional de Educação dos Cegos
Grupo de Trabalho Técnico em São Paulo
Rua Dr. Diogo de Faria, no. 558
Fone 7-5124

7/11

Estudo aprovado pelo Grupo de Trabalho, designado pelo Ex.mo Sr. Ministro da Educação e Cultura, através de Portaria baixada no dia 25-8-64, para promover estudos durante a Semana dos Excepcionais em Brasília.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA (ou)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (ou)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE EXCEPCIONAIS

8
12

MINUTA DE LEI

Art. 1º - Fica criado, diretamente subordinado ao Ministro da Educação e Cultura, o Departamento Nacional de Educação de Excepcionais (D.N.E.D.E.), que funcionará como centro de estudos, planejamento e coordenação das questões educacionais, e de reabilitação quando correlatas às primeiras, relacionadas com os trabalhos do mesmo Ministério, destinados ao cumprimento do disposto nos artigos 88 e 89 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Parágrafo único. Consideram-se excepcionais, para o efeito desta lei:

a) as pessoas cujo estado de sanidade e capacidade, por deficiência ou por excesso, possa dificultar ou prejudicar sua educação pelos processos comuns ou mesmo o ajustamento de sua conduta às atividades da vida diária, na família e na comunidade;

b) as pessoas cuja formação profissional possa ser dificultada ou prejudicada, ou cujas oportunidades futuras de obtenção de emprego adequado possam ser reduzidas, porque não preencham elas ou não atinjam qualquer dos limites mínimos de sanidade e capacidade adotados como exigência para o exercício de emprego ou de atividades profissionais, ou porque ultrapassam os limites máximos comumente considerados normais.

Art. 2º - Compete especialmente ao D.N.E.D.E.:

a) planejar e elaborar programas de educação de excepcionais, com o fim de assegurar serviços em padrões adequados;

b) promover no plano nacional a coordenação dos trabalhos das instituições federais dedicadas à educação e reabilitação de excepcionais, procurando estimular sua coordenação e colaboração com as instituições estaduais, municipais ou particulares congêneres;

c) organizar documentação necessária aos estudos e pesquisas sobre todos os aspectos da educação e reabilitação de excepcionais, inclusive o jurídico;

d) manter intercâmbio, em matéria de sua competência com as instituições educacionais e de reabilitação do país e do estrangeiro, inclusive com órgãos integrantes das Universidades;

e) promover inquéritos, nestes incluídos censos gerais,

Ministério da Educação e Cultura

Campanha Nacional de Educação dos Cegos

Grupo de Trabalho Técnico em São Paulo

Rua Dr. Diogo de Faria, no. 558

Fone 7-5124

9
1

regionais ou locais, e pesquisas sobre os problemas atinentes à organização do ensino de excepcionais, bem como sobre os vários métodos e processos de educação e reabilitação especializados;

f) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação e reabilitação dos excepcionais, bem como relativamente ao problema da sua orientação e seleção profissional;

g) prestar assistência técnica aos serviços federais, estaduais, municipais e particulares de educação e reabilitação de excepcionais, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas incluídos na esfera de ação do Departamento;

h) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos teóricos e práticos sobre educação e reabilitação de excepcionais, sem esquecer o adequado esclarecimento do público;

i) manter órgãos de execução de programas de educação e reabilitação de excepcionais, notadamente para servir de campo de aplicação dos resultados das pesquisas e investigações realizadas pelo Departamento;

j) administrar os recursos financeiros de que dispuser para realizar suas finalidades, aplicando-os, direta ou indiretamente através de convênios e concessões de auxílios e subvenções a órgãos públicos ou particulares, na criação de serviços novos e na melhoria de serviços existentes, bem como na concessão de bolsas de estudos, organização de cursos, congressos, simpósios, seminários e atividades congêneres;

k) representar ao Conselho Federal de educação, na época da elaboração dos Planos de Educação referentes aos diversos Fundos criados pelo parágrafo 1º do art. 92 da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, justificando a aplicação de partes dos recursos na educação dos excepcionais, com a apresentação dos respectivos programas de trabalho;

l) velar, por todos os meios a seu alcance, especialmente através de representação aos Conselhos Estaduais de Educação, para que se reservem nos demais planos gerais de educação, estaduais ou municipais, recursos para educação dos excepcionais;

m) incluir nos convênios, bem como nos outros atos referidos na alínea "j", cláusulas ou condições que assegurem a aplicação dos recursos respectivos na execução dos programas elaborados pelo Departamento;

Ministério da Educação e Cultura

Campanha Nacional de Educação dos Cegos

Grupo de Trabalho Técnico em São Paulo

Rua Dr. Diogo de Faria, no. 558

Fone 7-5124

10
X

n) fiscalizar direta ou indiretamente a aplicação dos recursos financeiros de que trata a alínea "j" deste artigo;

o) exercer, de modo geral, todas as atividades necessárias para aprimorar os conhecimentos dentro de seu campo de ação.

Parágrafo único. O D.N.E.D.E. realizará os censos de que trata a alínea "e" deste artigo, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3º - Compete ao D.N.E.D.E. cooperar, realizando estudos ou quaisquer providências executivas de sua alçada, com o Departamento Administrativo do Serviço Público nas atividades de aproveitamento de indivíduos de capacidade reduzida, de que trata o Decreto-Lei nº 5.895, de 20 de outubro de 1.943; com os órgãos de reabilitação e previdência social, no que se refere à reabilitação dos trabalhadores e seus dependentes e com o Serviço de Assistência ao Menor, nos assuntos de educação e reabilitação de menores sob jurisdição desse Serviço.

Art. 4º - São órgãos do D.N.E.D.E.

a) Serviço de Planejamento e Coordenação de Programas (S.P.C.P.);

b) Serviço de Aplicação e Formação Técnica (S.A.F.T.);

c) Serviço de Pesquisas e Inquéritos (S.P.I.);

d) Seção de Documentação e Biblioteca (S.D.B.);

e) Seção de Administração (S.A.).

Parágrafo 1º - O D.N.E.D.E. será dirigido por um Diretor Geral nomeado pelo Presidente da República, através de concurso de títulos, a que poderão concorrer reconhecidos especialistas em educação e reabilitação de excepcionais, que tenham comprovada experiência em administração.

Parágrafo 2º - Os serviços serão dirigidos por pessoas especializadas na educação e reabilitação de excepcionais, sendo as atividades relacionadas com a reabilitação confiadas a profissionais de nível universitário, podendo as relativas à educação caber a professores de nível primário, médio ou superior, com curso de especialização

Parágrafo 3º - Junto ao Diretor Geral do D.N.E.D.E. - funcionarão:

a) Assessoria de Coordenação de Programas e Atividades (A.C.P.A.);

14
F

b) Assessoria Jurídica.

Parágrafo - 4º - A Assessoria de Coordenação de Programas e Atividades será integrada pelos seguintes membros, a saber:

- a) um (1) representante do Ministério da Saúde;
- b) um (1) representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
- c) um (1) representante do Ministério da Justiça;
- d) um (1) representante do Ministério da Agricultura;
- e) um (1) representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

f) Representantes de cada um dos principais setores que constituem os vários grupos de excepcionais (deficientes mentais, super-dotados e portadores de distúrbios de conduta, deficientes - da audição, da visão e do aparelho locomotor);

Parágrafo 5º - Os representantes de que trata a alínea "e" do parágrafo anterior serão escolhidos de uma lista apresentada ao Sr. Ministro da Educação pelas instituições particulares de âmbito nacional.

Parágrafo 6º - A Assessoria de Coordenação dos Programas e Atividades, reunir-se-á obrigatoriamente uma vez por ano, - por ocasião da elaboração dos programas de trabalho mencionados - na alínea "k" do artigo 2º desta Lei, e extraordinariamente quando convocada pelo Diretor Geral do D.N.E.D.E., que será o presidente das reuniões;

Parágrafo 7º - Os trabalhos realizados pelos membros - da Assessoria de Coordenação dos Programas e Atividades constituem serviços relevantes prestados ao país;

Parágrafo 8º - A Assessoria Jurídica será integrada por advogados especializados em problemas jurídicos relacionados com a educação e reabilitação de excepcionais.

Artigo 5º - (Criação dos cargos necessários) a ser redigido no DASP.

Art. 6º - Ficam integrados no D.N.E.D.E., onde funcionarão como órgãos de aplicação de que trata a alínea "i" do artigo 2º desta lei, o Instituto "Benjamin Constant" e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, cujas estruturas serão adaptadas, pelo regulamento, às necessidades do D.N.E.D.E.

Art. 7º - Ficam extintas a Campanha Nacional de Educação dos Cegos (CNEC) e a Campanha Nacional de Educação e Reabili-

12
7

tação de Deficitários Mentais (CADEME), transferidos os respectivos patrimônios, dotações orçamentárias e pessoal para o Departamento Nacional de Educação de Excepcionais.

Art. 8º - O pessoal técnico do D.N.E.D.E. poderá optar pelo regime de tempo integral referido no artigo 49 da Lei nº 3780, de 12 de julho de 1.960.

Art. 9º - O regulamento desta lei discriminará as atribuições dos diversos órgãos do D.N.E.D.E. e será baixado no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 10º - As despesas de pessoal e material do INEDE no corrente exercício correrão por conta das dotações consignadas no orçamento vigente para os órgãos referidos nos artigos 6º e 7º desta lei.

Parágrafo único. - (recursos especiais para pagamento dos cargos criados e instalação do D.N.E.D.E. a ser redigido com a colaboração do DASP.

Art. 11º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.